

Carolina Zuccarelli

Flexibilização da produção e recomposição da formação e do emprego

Resumo

No final do século XX, como resposta à crise estrutural do capitalismo, diversas mudanças aconteceram no processo de produção do capital com fortes repercussões para o mundo do trabalho. De maneira contrária ao que acontecia no taylorismo-fordismo, ganha destaque não apenas o domínio dos conhecimentos técnicos, mas também a capacidade de mobilização de outros conhecimentos para enfrentar questões postas pela produção. Qualidades relacionais e gerenciais se tornam essenciais no que se convencionou chamar de “modelo de competência”. Este artigo debate o impacto da reestruturação produtiva da recomposição da formação e do emprego, observando sua dinâmica nas regiões metropolitanas do país. De modo geral, o que os dados observados mostram é que o número de diplomados com ensino médio e superior cresce em todas as ocupações, mas foi naquelas que formalmente requerem níveis de competência menores que houve maior crescimento. Além disso, observa-se que as consequências da reestruturação produtiva não parecem divergir consideravelmente entre as regiões metropolitanas analisadas, embora alguns fenômenos possam ser agravados por condições e especificidades locais.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva; Modelo de competências; Subproletariado urbano.

Abstract

In the late twentieth century, in response to the structural crisis of capitalism, several changes took place in the process of capitalist production with strong implications for the world of work. To an extent contrary to what happened in Taylorism and Fordism, is highlighted not only the field of technical knowledge but also the ability to mobilize other knowledge to address questions posed by the production. Relational and managerial qualities become essential in what is conventionally called “competence model”. This article discusses the impact of the restructuring process of recomposition of training and employment, observing their dynamics in metropolitan areas. In general, what the observed data show is that the number of graduates with secondary and higher education grows in all occupations, but it was those who formally require lower skill levels that were greater growth. Moreover, it is observed that the consequences of productive restructuring does not seem to differ considerably between the metropolitan areas analyzed, though some phenomena can be aggravated by conditions and local specificities.

Keywords: Productive restructuring; Competence model; Urban sub-proletariat.

Carolina Zuccarelli

possui mestrado em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e doutorado em Sociologia (PPGSA/UFRJ). Atualmente é professora da Faculdade de Educação/UFRJ. Desenvolve estudos na área de sociologia, com ênfase em sociologia da educação e sociologia urbana.

zucca@observatoriodasmetroplites.net

O padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil que pode ser chamado de “substituição de importações” ou “desenvolvimentismo” foi responsável por um processo intenso de mudança estrutural no país. Dirigido e financiado pelo Estado em associação com capitais nacionais e estrangeiros, este padrão vigorou entre as décadas de 1930 e 1980 e transformou o perfil do país de agrário em eminentemente urbano. Neste período, criaram-se novos complexos agroexportadores e agroindustriais, fragmentando a pequena propriedade tradicional e forçando uma migração interna do campo para a cidade que mudou o cenário social, econômico e cultural da mão de obra (Fiori, 1994). Atividades dos setores de serviço e da indústria, tipicamente urbanas, cresceram significativamente e escamotearam a produção agropecuária para uma menor participação na produção da riqueza nacional. Em 1950, de acordo com Cardoso (2008), o setor de serviços era responsável por metade do Produto Interno Bruto (PIB) e a agropecuária ainda respondia por 25% da renda total, seguida de perto pela indústria. Em 1980, a relação se inverte e a indústria passa a produzir 44% da renda total, enquanto a agricultura viu sua participação reduzida para 11%. O quadro mostra um crescimento contínuo da riqueza industrial, interrompido apenas na década de 1980, quando a indústria começa a perder centralidade no processo de acumulação.

O padrão desenvolvimentista pode ter gerado riqueza, mas foi sempre de forma concentradora, o que contribuiu para aumentar as desigualdades sociais e manter os patamares de pobreza sempre em níveis muito altos. A teorização cepalina do subdesenvolvimento, da qual Celso Furtado é um dos principais autores, analisa o desenvolvimento desigual do capitalismo nos países periféricos, como o Brasil, com forte ênfase no progresso técnico. Para o autor, o capitalismo periférico não seria inclusivo por não gerar seu próprio processo técnico e, por isso, estaria condenado a importar tecnologia que, no caso brasileiro, seria poupadora de mão de obra. Posteriormente, autores como Francisco de Oliveira, Maria da Conceição Tavares e José Luis Fiori mudam o eixo de análise e passam a dar maior atenção ao dinheiro internacional como expressão de dominação do capital financeiro sobre a periferia. Nesta visão, o subdesenvolvimento não seria medido pela posição do PIB ou pela produção industrial no ranking de produção mundial, nem por referência a uma divisão internacional do trabalho clara, como apontou o esquema centro-periferia de Prebisch (1962). Para Tavares,

A questão do padrão monetário internacional não foi, porém, incorporada à escola latino-americana de economia política, que preferiu centrar-se no progresso técnico e na industrialização nacional como uma forma viável de resposta ao subdesenvolvimento. Como se verificaria mais tarde, a industrialização por substituição de importações não eliminaria nem as questões estruturais colocadas por Furtado, nem a situação periférica colocada por Prebisch. (Tavares, 2000, p.132)

Industrialização e urbanização que mudaram a estrutura do país, notoriamente de 1930 a 1980. No entanto, conforme aponta Cardoso (2008), urbanização nunca foi sinônimo de melhoria de vida, nem mesmo no auge do desenvolvimentismo. O crescimento econômico do período (o PIB multiplicou por quinze e a renda per capita por cinco) aconteceu de forma concentrada, o que contribuiu para manter sempre em níveis muito baixos a renda do trabalho urbano:

...a combinação de políticas salariais restritivas, que mantiveram o salário mínimo muito abaixo das necessidades básicas da população, com oferta abundante de mão de obra despossuída e pouco qualificada trazida às cidades pela intensa migração interna, contribuiu para depreciar a renda do trabalho. (Cardoso, 2008, p. 578).

Além disso, o padrão de inclusão escolar dos que migraram do campo para a cidade foi muito lento, ainda que tenha havido mobilidade educacional de uma geração para outra, especialmente porque partiu de patamares muito baixos de escolaridade geral. Apenas a partir de 1980 que acontece o rompimento da barreira de quatro anos de escolaridade para a maioria dos trabalhadores urbanos.

É também a partir da década de 1980 que há uma interrupção no padrão de crescimento, com a perda de centralidade da indústria, especialmente nos anos 1990. Cardoso (2008) afirma que esta perda não foi decorrente apenas de um crescimento no setor de serviços, mas se deu principalmente por conta da desindustrialização que seguiu à abertura comercial associada ao câmbio valorizado.

A condição de capitalismo periférico, de acordo com Ribeiro (2010), gerou um processo inacabado de mercantilização da força de trabalho, criando uma vasta massa urbana marginal, “constituída por segmentos de trabalhadores assalariados de maneira precária, por conta própria, trabalhadores sem remuneração e desempregados, ou mesmo aliados das relações mercantis.” (Ribeiro, p.222, 2010). Pochmann

(2008) aponta duas etapas fundamentais do modelo clássico de desenvolvimento capitalista, elaboradas como tipos ideais: a primeira acontece quando a mão de obra era abundante e o progresso tecnológico lento; a segunda acontece a partir da revolução tecnológico-industrial que colocou o norte da Europa no epicentro da economia capitalista mundial.

Se o primeiro momento é de estruturação do mercado de trabalho, o segundo é de desestruturação. De acordo com o autor:

Por estruturação compreende-se a predominância do segmento organizado do mercado de trabalho urbano, tendo em vista o avanço das ocupações mais homogêneas, com base nas empresas tipicamente capitalistas, na administração pública e nas empresas estatais, ocupações essas representadas pelo emprego assalariado regular e regularizado. Já o movimento de desestruturação caracteriza-se pela manifestação do segmento não organizado, cujas formas principais de ocupação são heterogêneas e sobretudo não pertencentes às organizações tipicamente capitalistas, à administração pública e às empresas estatais, geralmente peculiares das economias subdesenvolvidas. (Pochmann, 2008, p. 60)

No final do século XX, como resposta à crise estrutural do capitalismo, diversas mudanças aconteceram no processo de produção do capital com fortes repercussões para o mundo do trabalho. Há muito tempo a sociologia do trabalho vem discutindo a chamada reestruturação produtiva a partir dos conceitos como flexibilização e precarização. Nessas análises, de acordo com Ramalho (2000), há certo consenso no se refere aos aspectos fundamentais do sistema produtivo taylorista / fordista, identificado pelas suas características de produção em massa, estreita especialização de postos de trabalho e competências e gestão piramidal, que foram sendo substituídos por um intenso processo de flexibilização da produção e das relações de trabalho. A reestruturação produtiva se caracteriza pela horizontalização do processo produtivo, que desloca o trabalhador de seu posto de trabalho para o exercício de um conjunto de atividades múltiplas, e por dar lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho. De maneira contrária ao que acontecia no taylorismo-fordismo, ganha destaque não apenas o domínio dos conhecimentos técnicos, mas também a capacidade de mobilização de outros conhecimentos para enfrentar questões postas pela produção. Qualidades relacionais e gerenciais se tornam essenciais no que se convencionou chamar de “modelo de competência”, que tem como principais características, de acordo com Dubar (1999), a va-

lorização de qualidades relacionais e pessoais, como autonomia, responsabilidade, transposição de conhecimentos e o incentivo à formação contínua como elemento de mobilização e inovação. Para o autor:

A noção de competência serve, nessa perspectiva, para significar o caráter fortemente personalizado dos critérios de reconhecimento que devem permitir recompensar cada um em função da intensidade de seu empenho subjetivo e de suas capacidades “cognitivas” em compreender, antecipar e resolver os problemas de sua função que são também os de sua empresa. (Dubar, 1999, p.18)

O trabalho passa a exigir do sujeito mais do que conhecimentos, mobilizando também aspectos de sua subjetividade. Tendo em vista a lógica capitalista, no entanto, a sintonia entre subjetividade e racionalidade técnica é desafiada pelas desigualdades de condição e de oportunidades.

Durante muitos anos, prevaleceu a tese de Braverman (1977) de que a divisão do trabalho no capitalismo colocaria em dois polos opostos uma massa de trabalhadores desqualificados e outra de trabalhadores superqualificados. O paradigma da Bravermania foi alvo de diversas críticas, especialmente em meados dos anos 1980, quando se dá a ruptura desse paradigma dominante e surgem estudos que “constatam uma requalificação dos operadores, ou uma reprofissionalização, com o aprofundamento da automatização de base microeletrônica nas indústrias” (Hirata, p. 131, 1994). Nesse ponto de vista, a produção capitalista teria atingido tal ponto de saturação que só seria possível aumentar a eficiência do trabalho flexibilizando a divisão do trabalho e qualificando melhor o trabalhador, sendo o modelo japonês referência maior deste padrão. Nele, “a qualificação real dos trabalhadores passa a constituir-se a partir de características tais como conjunto de competências implementados no trabalho, articulando vários saberes, que seriam advindos de múltiplas esferas” (Santana e Ramalho, 2004, p. 24). Harvey (1992), ao analisar a constituição do mercado de trabalho, divide os trabalhadores entre centro e periferia: no centro estariam os trabalhadores adaptáveis e flexíveis, com maior segurança no trabalho e na periferia trabalhadores menos qualificados, com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, pessoal com contrato por tempo determinado, subcontratos, com menos segurança no emprego do que o primeiro grupo.

Por outro lado, no Brasil, a flexibilização da produção ganha espaço de forma desigual entre os setores produtivos, com demandas diversificadas no que diz respeito à qualificação. No fim da ditadura mili-

tar e durante o período Sarney, o Brasil ainda estava relativamente distante do processo de reestruturação produtiva do capital. De acordo com Antunes e Alves (2004), foi ao longo da década de 1990 que o processo se intensificou, mas de tal forma peculiar que coexistiu com elementos do fordismo, ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços do país. O fordismo periférico que tomou forma no país ao longo do século XX se mesclou ao novo paradigma produtivo, tecnologicamente mais avançado e com maior demanda pela qualificação da força de trabalho. Neste sentido, o perfil da classe trabalhadora do século XXI se configura de maneira um tanto quanto diferente daquele do século passado. Com a diminuição do proletariado industrial, tradicional e especializado, sujeito a uma ordem verticalizada, surgem formas mais desregulamentadas e flexíveis do trabalho. Paralelo a esse processo, Antunes e Alves (2004) mostram a emergência de um novo proletariado fabril e de serviços que, enquadrado nas diversas modalidades de trabalho precarizado (temporário, parcial, terceirizado, informalizado etc.), contribuiu com a fragmentação e complexidade da classe trabalhadora, mais qualificada em alguns setores, como a siderurgia, e menos em outros, como a indústria automobilística.

De acordo com Nonato *et al.* (2012), são três os principais fatores que contribuíram com a alteração no perfil da força de trabalho brasileira: crescimento populacional constante desde a década de 1970, embora a taxas cada vez menores; maior participação das mulheres, assim como a expansão de sua escolaridade acima da média masculina; e aumento da escolaridade da força de trabalho, especialmente a partir de 1990.

Estas mudanças, aliadas a reestruturação da produção, provocaram alterações significativas no perfil da mão de obra que, sob o conceito de trabalhador polivalente, precisou se adaptar a uma nova relação com a educação e formação profissional. No entanto, este processo vem acontecendo de maneira desigual entre os setores produtivos, com resultados variados no que diz respeito à necessidade de qualificação da mão de obra.

A NOÇÃO DE COMPETÊNCIA COMO NORTEADORA DA NORMATIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES

As profundas transformações da economia brasileira durante a década de 1990, entre as quais se destacam a estabilização da inflação, medidas para abertura

comercial, privatizações e reforma no sistema financeiro, tiveram impactos significativos no mercado de trabalho do país. A transição para uma economia com maior participação do setor terciário num cenário de baixo crescimento econômico gerou um aumento do desemprego e do número de trabalhadores informais. Com a retomada do crescimento econômico na virada do milênio, a taxa de desemprego diminuiu (caiu de 12,9% em 2002 para 5% em 2014 – IBGE/PME), aumentou a participação do emprego formal no total da ocupação (a taxa de informalidade caiu de 53% em 2002 para 40% em 2014 – Pnad/IBGE, 2014) e aumentou a renda média dos trabalhadores (a renda decorrente do trabalho cresceu, entre 2002 e 2014, uma média de 2,5% ao ano – Pnad/IBGE, 2014), mas ainda persistem traços estruturais de degradação laboral como, por exemplo, contratos de trabalhos precários e alta taxa de rotatividade no emprego.

Para observar as principais mudanças no perfil da força de trabalho será utilizada a Relação Anual de Informações Sociais (Rais/MTE), censo do mercado de trabalho formal que fornece informações segundo o estoque (número de empregos) e a movimentação de mão de obra empregada (admissões e desligamentos), por gênero, por faixa etária, por grau de instrução, por rendimento médio e por faixas de rendimentos em salários mínimos. Ela é útil por apresentar como uma de suas variáveis a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Em seu nível mais agregado, a CBO apresenta dez Grandes Grupos de Ocupações (GG) de acordo com nível de competência e similaridade nas atividades executadas.

Acompanhando o movimento internacional, apoiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a nova edição da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002) adota o conceito de ocupação como unidade do sistema de classificação. Ocupação, nesse contexto, é definida como um conjunto de funções, tarefas e operações atribuídas ao trabalhador. A antiga classificação, que vigorou até 2002, tinha o conceito de ocupação mais relacionado ao posto de trabalho e era pautada mais fortemente pelo nível de escolaridade. De acordo com Aranha e Crivellari (2004), a noção de posto de trabalho está associada à linha de montagem fordista, na qual cada trabalhador, de maneira parcelada e especializada, executa uma etapa da produção e diz respeito às tarefas, obrigações e responsabilidades atribuídas a cada trabalhador. Já a lista atual é mais associada ao modelo de competência, baseada na noção de “famílias ocupacionais”, que leva em conta a poliva-

Tabela 1: Grandes Grupos Ocupacionais - CBO

	CBO 2002 - Grandes Grupos / Títulos	Nível de Competência
0	Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	Não definido
1	Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	Não definido
2	Profissionais das ciências e das artes	4
3	Técnicos de nível médio	3
4	Trabalhadores de serviços administrativos	2
5	Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	2
6	Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	2
7	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (indústria leve)	2
8	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (indústria pesada)	2
9	Trabalhadores de manutenção e reparação	2

Fonte: CBO/MTE

* No GG 7 foram agrupados os trabalhadores de sistemas de produção que tendem a ser discretos e que lidam mais com a forma do produto do que com o seu conteúdo físico-químico. Embora haja tendência para que sistemas discretos se tornem contínuos, existem diferenças marcantes do ponto de vista das competências, entre dar forma em uma peça e controlar as variáveis físico-químicas de um processo. No GG 8 agruparam-se os trabalhadores de sistemas de produção que são ou tendem a ser contínuos (química, siderurgia, entre outros).

lência em vez de especialização. Essa nova forma de classificação implicou o abandono de cerca de 2.300 ocupações para gerar 607 grupos de base ou famílias ocupacionais. A CBO 2002 apresenta o conceito de competências a partir de duas dimensões: i. nível de competência: função da complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas no emprego ou outro tipo de relação de trabalho; ii. domínio (ou especialização) da competência: relaciona-se às características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos, bens produzidos que identificarão o tipo de profissão ou ocupação. Na hierarquia dos níveis de competência – vai do 1 (não qualificados) ao 4 (qualificados) – a maior parte das ocupações de técnico se relaciona ao nível 3 de competência.

O uso das competências como classificação vai de encontro aos novos conceitos de produção que tendem a valorizar a capacidade de flexibilidade e de transposição do conhecimento para exercício de atividades complexas, a despeito do nível de escolaridade. É por isso que nessa edição da CBO o nível de competência é pontuado mais fortemente pela complexidade das atividades exercidas do que pelo nível de escolaridade.

RECOMPOSIÇÃO DA FORMAÇÃO E DO EMPREGO

O Brasil nunca chegou a ser o que Castel (1998) cha-

mou de “sociedade salarial”, isto é, nunca experimentou um sistema de proteção e solidariedade sociais relativos ao trabalho assalariado, como ocorreu em alguns países da Europa. Ainda assim, nos últimos anos, houve melhoras em alguns índices relativos ao mundo do trabalho, como o aumento no número de postos de trabalho formal e da renda média dos trabalhadores. O gráfico abaixo mostra que, num intervalo de dez anos, houve crescimento no número de postos de trabalho para todos os grandes grupos de trabalhadores, mas em alguns a alta foi mais significativa. De maneira geral, o crescimento foi da ordem de cinquenta e oito por cento no período analisado.

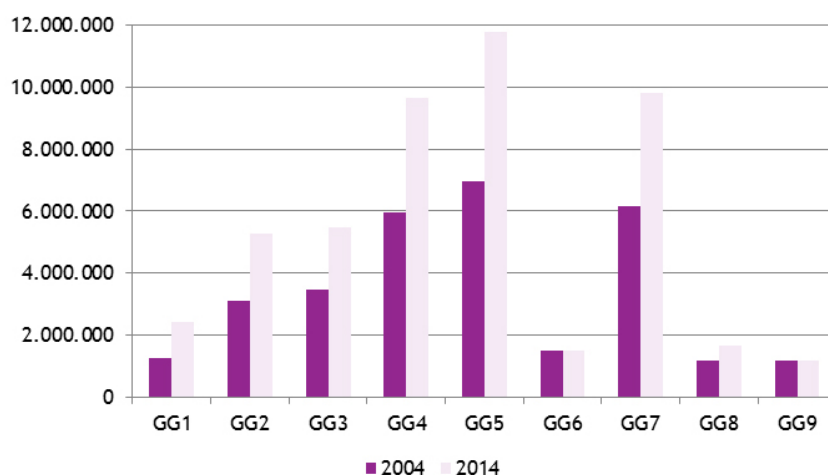
O gráfico permite observar as mudanças mais gerais pelas quais passou a economia brasileira nos últimos anos, com destaque para a concentração das ocupações no setor de serviços e, em menor proporção, no setor administrativo e no industrial. A tendência de crescimento dos postos de trabalho foi acompanhada por quase todos os grandes grupos, com exceção dos trabalhadores agropecuários (GG6), trabalhadores de sistemas de produção que não são contínuos (GG8) e da manutenção e reparação (GG9), que pouco cresceram nesse intervalo de tempo. Desdobramento direto da retração desses setores, o grupo com maior expansão é o de ocupados no setor de serviços que, de acordo com Ramalho e Oliveira (2013), incorporou parcelas de trabalhadores expulsos do setor industrial como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva e do quadro de desindustrialização dos últimos anos.

As atividades econômicas têm papel indutor im-

portante no processo de mudança territorial e nas tendências de urbanização do país. Nas décadas de 1980 e 1990, algumas características do arranjo espacial da indústria e da agropecuária foram fundamentais na determinação das trajetórias econômicas e urbanas do período. Em um contexto de crise econômica e de poucos investimentos no setor industrial, a maior abertura da economia do país permitiu um relativo deslocamento das economias regionais, com o surgimento das chamadas “ilhas de produtividade”, que permitiu certa heterogeneidade interna na estrutura produtiva nacional. Estas transformações alteraram o quadro regional do início da década de 1990, com muitas cidades de pequeno ou médio porte apresentando melhora no desempenho econômico. Estruturou-se no país, diferente do que aconteceu em outras experiências latino-americanas, uma rede dispersa de cidades, resultado das tendências de desconcentração da atividade econômica.

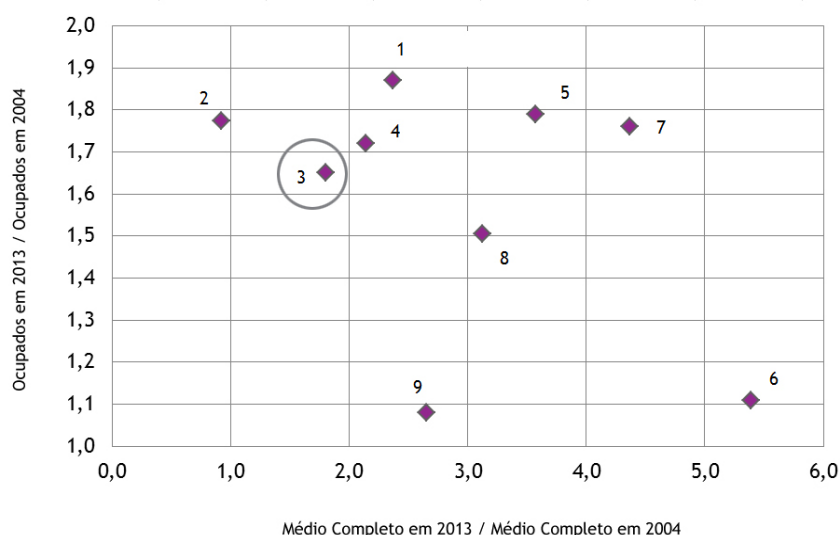
A busca por redução de custos e a redefinição das atividades, associadas ao processo de reestruturação produtiva que tem acontecido em algumas atividades no país, influenciam na recolocação das atividades na rede urbana, notoriamente a partir dos anos 1990. Nas discussões sobre a agenda de pesquisa urbana, há certo consenso acerca da relevância da análise dos efeitos da reestruturação produtiva sobre o território e na dinâmica e condições de vida das áreas metropolitanas. Conforme apontam Carvalho *et al.* (2004), esses estudos ainda são escassos no Brasil, tendo destaque aqueles desenvolvidos no Observatório das Metrópoles, que buscam articular os fenômenos do desenvolvimento econômico e da urbanização sem cair em análises deterministas que associam diretamente as transformações do sistema urbano aos padrões de distribuição das atividades econômicas pela rede urbana. Ribeiro (2000), por exemplo, discute a hipótese de que a reestruturação produtiva acontece em maior ou menor grau tendo em vista a posição de cada cidade no sistema urbano e sua integração mundial em diferentes escalas. Nesse cenário, o crescimento das ocupações no setor de serviços vem modificando o processo de crescimento metropolitano, com demandas cada vez maiores pela flexibilização do mercado de trabalho, um dos pilares desse novo modo de organizar a produção.

Gráfico 1: Número de postos de trabalho formal, Grande Grupo CBO - Brasil, 2004 e 2013.



Fonte: Rais/TEM. Elaboração da autora.

Gráfico 2: Comparação do crescimento dos diplomados com ensino médio e ocupados nos Grandes Grupos da CBO - Brasil, 2004 a 2013.



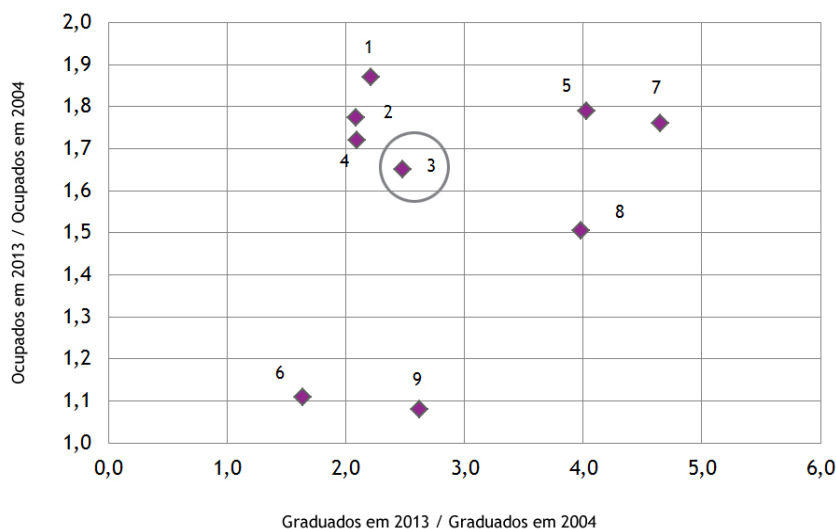
Fonte: Rais/MTE. Elaboração da autora.

Observando como se distribuem os empregos nas regiões metropolitanas classificadas pelo MTE¹ (Rais, 2014), Belém, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro apresentam as maiores concentrações proporcionais de empregos no setor de serviços, acima da média nacional.

A redução do emprego industrial teve maior impacto nas regiões metropolitanas de Belém e Rio de Janeiro, com menor número de empregos nesse setor do que as demais regiões analisadas. No caso do Rio de Janeiro, conforme aponta Ribeiro (op. cit.), sua

1 Regiões metropolitanas utilizadas para divulgação do Ministério do Trabalho e Emprego até 2002: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Gráfico 3: Comparação do crescimento dos graduados e ocupados nos Grandes Grupos da CBO - Brasil, 2004 a 2013.



Fonte: Rais/TEM; Inep/MEC. Elaboração da autora.

estrutura ocupacional foi marcada pela redução do operariado industrial e pelo crescimento de atividades no setor de serviços e do que chamou de “subproletariado urbano”.

Enquanto o mercado de trabalho formal tem crescimento de cinquenta e oito por cento no número de postos de trabalho ocupados no período, a escolaridade dos trabalhadores aumenta em ritmo mais acelerado, tanto para diplomados com ensino médio quanto para diplomados com ensino superior. O crescimento, entretanto, não acontece da mesma maneira para todos os grupos de ocupação. O que tem acontecido, como mostram os gráficos abaixo, é que são as ocupações que exigem menor nível de competência que têm a maior expansão entre os diplomados. O eixo vertical do gráfico apresenta os resultados da razão entre o número absoluto de ocupados, em 2004 e 2013, e o eixo horizontal traz a divisão entre quantidade de diplomados para os mesmos anos. Tem-se assim, de um lado, quantas vezes cresce o número de postos de trabalho nos grandes grupos (eixo vertical) e, de outro, o crescimento do número de trabalhadores com diploma, tanto no ensino médio quanto no ensino superior (eixo horizontal). Como o crescimento da escolaridade é consideravelmente maior do que o número de postos de trabalho, a escala do eixo horizontal varia de 0 a 6 enquanto o eixo vertical varia de 1 a 2.

O grande grupo que mais cresceu em termos proporcionais de número de ocupados foi o que agrupa os membros superiores do poder público (GG1), praticamente duas vezes maior do que dez anos antes. No que diz respeito à escolaridade, o grande grupo

dos trabalhadores agropecuários (GG6) foi o que teve maior aumento no número de ocupados com diploma de ensino médio (5,4 vezes maior), apesar do baixo crescimento no número de postos de trabalho.

Seria importante analisar em que medida o aumento do número de trabalhadores com diploma de nível médio indica a volta aos estudos dos trabalhadores ou acontece devido a substituição da mão de obra por trabalhadores mais escolarizados. Como a taxa de desemprego diminuiu no período², a primeira opção parece a mais razoável.

O cenário é bem parecido para o número de trabalhadores com diploma de ensino superior, que cresce mais rapidamente do que o número de postos de trabalho formal, conforme mostra o gráfico abaixo.

A distribuição dos pontos tendo em vista o eixo vertical do gráfico é a mesma do gráfico anterior, o que muda neste é a distribuição de quantas vezes cresceu o número de graduados no ensino superior no período analisado. Da mesma maneira como acontece com os diplomados no ensino médio, o crescimento percentual de trabalhadores formados no ensino superior foi mais rápido do que o crescimento demográfico dos ocupados. De acordo com Schwartzman (2005), “Na medida em que a educação se expande sem o crescimento correspondente de novos postos de trabalho, sua principal função será a de redistribuir os postos existentes conforme as credenciais educativas existentes” (Schwartzman, 2005, p. 33).

O número de graduados no nível superior entre os trabalhadores da indústria leve (GG7) foi o que mais cresceu (4,6 vezes), seguido de perto pelos trabalhadores da indústria pesada e trabalhadores do comércio e serviços (GG8 e GG5), formalmente os trabalhadores com menor exigência de qualificação.

Nas regiões metropolitanas analisadas, Curitiba e São Paulo concentram o maior número de diplomados no ensino superior, ambas com 25,1%, acima da média nacional (19,5%). De maneira geral, a RM de São Paulo concentra as linhas de maior conteúdo tecnológico que, por diversas razões, demandam por mão de obra mais qualificada.

Comin e Barbosa (2011) mostram que para além das mudanças no marco regulatório da década de

² A taxa de desemprego caiu de 12,9% em 2002 para 5% em 2014 (IBGE/PME, 2014).

1990 e de políticas governamentais (Prouni, Reuni, Fies) que induziram a expansão no setor de ensino superior, especialmente em instituições privadas, o forte aquecimento do mercado de trabalho é também um importante fator para explicar essa expansão. Os autores mostram que, numa inversão do padrão estudar-trabalhar, a maior parte dos estudantes de graduação é de trabalhadores (68,6%), com concentração da população que trabalha 40 horas por semana (44,6%). Isto significa que o crescimento de vagas atingiu com mais força a população ocupada, mais especificamente a que trabalha em tempo integral, o que tem forte relação com o aumento e predominância dos cursos noturnos – dos estudantes matriculados em cursos de graduação em 2013, 63% estavam no curso noturno (Inep, 2014).

É possível estabelecer três agrupamentos com os dados acima analisados: um aglomerado de ocupações de 1 a 4 cujo tamanho em 2013 é cerca de 1,5 a 2 vezes superior ao de 2004 e cujo número de diplomados com ensino médio e superior é maior até 2,5 do que dez anos antes; um segundo aglomerado de ocupações dos GGs 5, 7 e 8, de competências de segundo grau, que apresenta crescimento significativo nos postos de trabalho e no número de trabalhadores com diploma de ensino médio e superior. Trabalhadores do setor agropecuário e de reparação e manutenção de bens e equipamentos (GGs 6 e 9) formam o terceiro aglomerado. Com menor crescimento em dez anos, viram o número de formados no ensino médio aumentar entre 2,5 e 5,5 no período, apesar de menores exigências educacionais. De modo geral, o que estes dados mostram é que o número de diplomados com ensino médio e superior cresce em todas as ocupações, mas foi naquelas que formalmente requerem níveis de competência menores que houve maior crescimento.

O aumento do número de trabalhadores com ensino médio e superior não reflete necessariamente as demandas do mercado de trabalho, mas pode representar estratégias muito variadas de inserção e progressão profissionais. Além do encontro entre qualificações e ocupações não ser automático, os sistemas educacionais e produtivos apresentam dinâmicas que, muitas vezes mescladas, obedecem a diferentes lógicas e temporalidades. A busca por mais escolarização em grupos que perderam espaço em termos absolutos na estrutura ocupacional pode ser associada a necessidade de se manter em carreiras que encolheram ou a estratégias de mobilidade sócio-ocupacional, por exemplo. De todo modo, o clássico modelo estudar para trabalhar não parece ser pertinente para explicar o padrão de transição e inserção no mercado de trabalho brasileiro.

Construído historicamente, o caráter inacabado da mercantilização da força de trabalho combinado ao processo de reestruturação produtiva que atingiu mais fortemente o país a partir dos anos 1990 faz com que permaneçam traços estruturais de degradação laboral como, por exemplo, contratos de trabalhos precários e alta taxa de rotatividade no emprego, a despeito da elevação da qualificação da mão de obra.

Os dados analisados ilustram o que a literatura vem apontando como características primordiais da reestruturação produtiva, como o declínio dos trabalhadores industriais e aumento no setor de serviços, assim como o crescimento do nível de escolaridade dos trabalhadores, a despeito de permanecer traços estruturais de degradação laboral. A escolaridade média do trabalhador ainda é muito baixa³, mas com a expansão dos sistemas educacionais, a maior permanência da população na escola e o impulso dado à educação profissional dos últimos anos, é provável que a população em idade ativa apresente um nível de escolaridade cada vez maior. Finalmente, as consequências da reestruturação produtiva não parecem divergir consideravelmente entre as regiões metropolitanas analisadas, embora alguns fenômenos possam ser agravados por condições e especificidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, vol.28 no.81 São Paulo May/Aug. 2014
- ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- ARANHA, A. V. S; CRIVELLARI, H. M. T. Formação e ocupação profissional no Modelo de Competência: maior Inclusão social? *Revista de Administração FEAD*, v. 1, n. 2, 2004, p.41 - 53.
- BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CARDOSO, A. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustra-

3 Nonato *et al.* (2012) mostram que, no início da década de 1980, 12,7% da PIA estava entre os níveis médio e superior de escolaridade, número que sobe pra 40,4% no final da década de 2000. Ainda assim, parcela significativa da PIA possui até oito anos de estudo, o equivalente a ter ensino fundamental incompleto ou completo, o que sinaliza que o sistema educacional brasileiro ainda tem potencial pra mudar a composição da força de trabalho no país.

- ção de expectativas. *Dados*, v.51, n.3, p.569-616. 2008.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CARVALHO, I. M. M.; ALMEIDA, P. H.; AZEVEDO, J. S.G. *Reestruturação produtiva e estrutura social metropolitana em Salvador*. Buenos Aires, CLACSO, 2004
- COMIN, Álvaro A.; BARBOSA, Rogério J. *Trabalhar para estudar: a pertinência da noção de transição-escola no Brasil*. *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, n. 91, nov. 2011, p. 75-95.
- DUBAR, C. *A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 19, n. 64, 1999.
- FIORI, J.L. *O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro*. *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo: n. 40: 125-144, nov. 1994.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. Edições Loyola, São Paulo, 1992.
- HIRATA, H. *Da polarização das qualificações ao modelo de competência*. In: FERRETTI, C. et al. *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação*. Petrópolis - RJ, Vozes, 1994, pp.124-138.
- IPEA/UNICAMP/NESUB/IBGE. *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil*. Campinas: UNICAMP, I.E, Coleção Pesquisas n° 3, Vol. 1, 1999.
- NONATO, J. A.P; PEREIRA, R.H.M; NASCIMENTO, P. A.M; ARAÚJO, T. C. *O perfil da força de trabalho brasileira: trajetórias e perspectivas*. *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, Brasília, Ipea, n. 51, 2012.
- POCHMANN, M. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PREBISCH, R. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. *Boletim econômico de América Latina*, vol. VII, nº 1, Santiago do Chile, 1962.
- RAMALHO, J. R. *Trabalho e Sindicato: Posições em Debate na Sociologia Hoje*. *Dados*. vol.4,3 no.4, Rio de Janeiro, 2000.
- RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. *Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo*. Jorge Zahar Ed., 2004, p.7-40.
- RAMALHO, J. R.; OLIVEIRA, R. V.. *A atualidade do debate sobre trabalho e Desenvolvimento*. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 68, p. 211-215, Maio/Ago. 2013
- RIBEIRO, L. C. Q. *Desigualdades de oportunidades e segregação residencial: a metropolização da questão social no Brasil*. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 221/233, Maio/Ago. 2010
- RIBEIRO, L. C. Q. *Cidade desigual ou cidade partida. Tendências da metrópole do Rio de Janeiro*. In: RIBEIRO, L. C. (org.) *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan-FASE, 2000.
- SCHWARTZMAN, S. *Os desafios da educação no Brasil*. In: SCHWARTZMAN, BROCK e COLIN (org.). *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- TAVARES, M. C. *Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes*. In: TAVARES, M C. (org.) *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 129 - 154. ■